
O conceito de lócus fraturado de Maria Lugones em experiências de coletivos feministas na América do Sul¹

Jéssica Faria Ribeiro²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

O presente trabalho discute a produção da teórica Maria Lugones em torno dos conceitos sobre feminismo decolonial e o lócus fraturado, mais precisamente a respeito das histórias de resistência na diferença colonial. A partir disso, serão apresentados os coletivos Mujeres al Borde e Mujeres Creando, baseados na América do Sul, para relacionar o trabalho comunicativo realizado por eles e os conceitos discutidos por Lugones.

PALAVRAS-CHAVE: decolonial; gênero; coletivos; comunicação.

INTRODUÇÃO

A teórica Maria Lugones (2020) vai propor o termo “sistema moderno-colonial” de gênero para aprofundar a teorização da lógica opressiva da modernidade colonial e fazer um cruzamento entre essa exclusão histórica e teórico-prática de mulheres não brancas nas lutas libertárias travadas em seu nome e do conceito de “colonialidade do poder”, de Quijano (2005; 2009), para aprofundar mais o alcance da colonialidade e fazer visível a instrumentalidade do sistema de gênero colonial/moderno em todos os âmbitos da vida.

Avaliando as consequências da colonização na contemporaneidade, Lugones (2019) aprofunda-se no debate de gênero, esclarecendo que a ideia do gênero apresenta-se como uma imposição colonial indicando uma relação hierárquica dentro dos próprios conceitos de gêneros, afirmando que foi no processo de colonização que se iniciou a dominação em todas as esferas da sociedade.

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, Políticas do Corpo e Interseccionalidades, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo), jessicafribeiro@gmail.com.

Dessa forma, este trabalho analisa as reflexões apresentadas por Maria Lugones em torno do feminismo decolonial, principalmente o conceito de lócus fraturado (2019), na medida em que relaciona com o trabalho do coletivo colombiano Mujeres al Borde, que realiza filmes autobiográficos e itinerantes na América do Sul por meio da Escuela Audiovisual al Borde, e do coletivo Mujeres Creando, da Bolívia.

Fundamentação Teórica

Outra reflexão trazida por Maria Lugones é a de que compreender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas faz com que seja possível perceber a importância das relações de gênero para a desintegração de relações igualitárias, comunitárias e o processo coletivo de tomada de decisão em diversas sociedades (LUGONES, 2014, p.67).

Para Lugones (Ibid.), Aníbal Quijano (2005) faz uma análise da construção moderna/colonial do gênero e seu alcance de forma limitada, aceitando o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero, mas que mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e destituídas de poder. Portanto, só conseguiremos perceber como é opressor o caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais quando desmistificamos as pressuposições desse quadro analítico.

Segundo ela, o eixo da colonialidade não é suficiente para dar conta de todos os aspectos do gênero. Assim como vai dizer que Quijano reduz o gênero à organização do sexo, seus recursos e produtos, e parece dar como certo que a disputa pelo controle do sexo é uma disputa entre homens competindo entre si pelo controle de recursos que são entendidos como femininos (Ibid., p. 62). A organização do sexo e do gênero, portanto, foi construída no interior do capitalismo global, eurocêntrico e da colonização.

As correções substanciais e cosméticas sobre o biológico deixam claro que o “gênero” vem antes dos traços “biológicos” e os preenche de significado. A naturalização das diferenças sexuais é outro produto do uso moderno da ciência que Quijano sublinha quando fala de “raça” (Ibid., p. 64).

Lugones afirma que o uso do gênero pelo Ocidente funciona como uma ferramenta de dominação que produz duas categorias sociais que se opõem de maneira binária e hierárquica. O termo “mulher” não é definido pela biologia. A associação entre anatomia e gênero faz parte da oposição binária, hierárquica e é introduzida pela colônia. “As mulheres são definidas em relação aos homens, a norma. Mulheres são aquelas que não têm um pênis; não têm poder; não podem participar da arena pública” (LUGONES, 2020, p. 66).

Lugones (2019) irá trazer também o conceito de *locus fraturado*, que está relacionado à subjetividade ativa das pessoas colonizadas, que também podem significar resistências. A partir do *locus fraturado*, que seria um não - lugar, ou um lugar rompido, que perde a sua origem, há uma trama que constitui uma recriação criativa, uma transformação. Assim, adaptar, rejeitar, adotar, ignorar e integrar nunca são apenas formas isoladas de resistência, por serem sempre performadas por um sujeito ativo complexamente construído na sua habitação da diferença colonial com um *locus fraturado* (Ibid., p. 386).

Assim como Anzaldúa (2016) enxerga nas fronteiras e na vivência das mestizas, lésbicas, indígenas e queers uma resistência à imposição da colonialidade, Lugones também vai identificar no *locus fraturado* essa resposta. “Ninguém resiste à colonialidade dos gêneros sozinho. Somente é possível resistir a ela com o entendimento do mundo e com uma vivência que é compartilhada e consegue entender as próprias ações – garantindo certo reconhecimento” (LUGONES, 2019, p. 386). Sendo assim, analisaremos mais à frente de que forma essas considerações podem ser percebidas nos filmes produzidos na Escuela Audiovisual al Borde.

Sobre os coletivo Mujeres al Borde

O coletivo Mujeres al Borde foi fundado em 2001, em Bogotá, pelas ativistas Clau Corredor e Ana Lucia Ramírez. Sobre a escolha da palavra “borde” (borda), Ramírez (2018, p. 33, tradução livre) afirma que “habitar as bordas não é uma metáfora, implica uma série de condições simbólicas e materiais que marcam o lugar de exclusão

que ocupamos na realidade social e em muitas das comunidades a que também pertencemos”³.

Desde o seu início, o coletivo optou por trabalhar com mídia visual devido à grande falta de representações visuais que existiam na Colômbia de entidades e sujeitos locais, uma das ferramentas da colonialidade do ver. Sem representações, seria impossível reconstruir as histórias e memórias de formas particulares de dissidência sexual e de gênero (CABRERA, 2016, p. 195). Ana Lucia Ramírez (2023, p. 138) explica que a palavra “dissidência” é usada em alguns setores da América Latina e do Caribe para nomear e reivindicar a politização de identidades, práticas culturais e movimentos sociais ou políticos que questionam a heterossexualidade como norma social hegemônica.

Para o Mujeres al Borde, o meio visual é uma forma de ação política e produção de conhecimento, pois estimula o compartilhamento de experiências comuns entre uma ampla gama de indivíduos, independentemente de seu nível educacional ou conhecimento teórico. A potência política do grupo é evidente no processo de produção, na forma como seus filmes e peças circulam, como festivais, exposições ou apresentações em universidades e eventos políticos.

O coletivo decidiu usar o audiovisual como campo de batalha para combater o que considera ser uma longa história de exclusão e invisibilidade pública de certos corpos, práticas e subjetividades. Esse desafio exige experimentar técnicas expressivas que não trabalhem apenas com imagens, mas também nelas e por meio delas (AGREDO, 2011, p. 39). Segundo Ana Lucia Ramírez e Laura Bonilla (2022), é importante destacar que as iniciativas audiovisuais do coletivo não aderem aos modelos de produção, distribuição e exposição padronizadas pela indústria.

Sobre o coletivo Mujeres Creando

O coletivo Mujeres Creando⁴ foi criado em 1992, em La Paz, por Julieta Paredes, María Galindo e Mónica Mendoza. As suas lutas são contra o sexismo e o

³ Tradução livre. Original: “habitar los bordes no es una metáfora, implica una serie de condiciones simbólicas y materiales que marcan el lugar de exclusión que ocupamos en la realidad social, y al interior de muchas de las comunidades a las que también pertenecemos”.

⁴ Site oficial do coletivo: <http://mujerescreando.org/>

patriarcado institucionalizado tanto na Bolívia quanto no resto do mundo. Com essa finalidade, as integrantes do grupo se expressam por forma de grafite nas ruas das principais cidades da Bolívia, pela programação na rádio *Deseo*, fundada pelo grupo, por performances, livros e produções audiovisuais.

O grupo também possui um escritório de atendimento jurídico, chamado *Mujeres en busca de justicia*, localizado na casa *La Virgen de los Deseos*, em La Paz. Algumas frases grafitadas pelo Mujeres Creando têm dizeres como minha: “Pachamama, você e eu sabemos que o aborto é milenar”, “Não se pode descolonizar sem despatriarcalizar!” e “A terra não se vende, a terra se defende”..⁵

Segundo Maria Galindo, o Mujeres Creando é um espaço que pensa a criatividade como um instrumento de luta. “Para nós, o trabalho manual, o trabalho criativo e o trabalho intelectual valem o mesmo e são três partes de uma mesma coisa” (MOCA TV, 2013)⁶. Outra crítica feita pelo grupo é em relação ao neoliberalismo e ao tratamento diferente que é dado para as mulheres indígenas e as mulheres brancas. Em diversas performances, elas discutem o papel da mulher indígena na sociedade boliviana, que tanto é vista como guardiã de uma autenticidade indígena quanto é a mão de obra mais barata no país.

Galindo (2013), junto ao coletivo, e por meio de publicações e manifestações, vão fazer uma crítica ao neoliberalismo que mascara as lutas feministas. Será apontado que nos anos 80, crises econômicas em todo o continente fizeram com que mulheres fossem a massa de pessoas desempregadas que se dispuseram a trabalhar a qualquer custo, em uma “luta pela sobrevivência” (aspas da autora). Em contrapartida, muitas estatais foram privatizadas, além de diversos serviços públicos, não só na Bolívia como em outros países da região.

A perspectiva de gênero serviu para incorporar as mulheres como devedoras insolventes sob o título de “microempreendedoras”. [...] O trabalho quase gratuito das mulheres sob formas de auto-exploração onde não existe um padrão visível, gerou a grande riqueza dos bancos na Bolívia (GALINDO, 2013, p. 32)¹⁸.

⁵ Tradução livre. Original: “Pachamama, tú y yo sabemos que el aborto es milenário”, “No se puede descolonizar sin despatriarcalizar!” e “La tierra no se vende, la tierra se defiende”

⁶ Tradução minha: “Para nosotras, el trabajo manual, el trabajo creativo y el trabajo intelectual valen lo mismo y son tres partes de una misma cosa”

Junto a uma série de implicações econômicas, o capitalismo vai vender a ideia de que a única coisa que falta às mulheres é uma série de direitos a adquirir e portanto o conteúdo de sua luta se resumiria em formas de inclusão dentro do projeto hegemônico. Essa ideia vai funcionar de forma conservadora e perversa para confundir os horizontes de luta por justiça e será útil como mecanismo para disfarçar o patriarcado e dificultar a promoção de mudanças radicais tanto na Bolívia quanto nos outros países da região (Ibid., p. 41). Por fim, um outro ponto abordado por Galindo é a respeito do corpo. Ela vai destacar que a descolonização das mulheres passa pelo corpo, pela sexualidade e pela reprodução, que são a base sobre a qual a justiça precisa funcionar (Ibid., p. 203).

Contribuições da pesquisa

Uma das intenções deste trabalho é propor reflexões que tratam de apontar novos olhares para as mulheres, coletivos e movimentos na América Latina. Esses grupos, ainda que complexos e heterogêneos, sofrem violências e abusos sistêmicos, muitos deles advindos de um contexto histórico onde a colonialidade teve o seu papel na perpetuação de discriminações e inferiorização.

Essas violências têm um impacto direto em como as pessoas são retratadas nos meios de comunicação. Por isso, os coletivos aqui destacados, a tantos outros da América Latina e de outros países do Sul Global, apresentam propostas práticas de visibilidade e de contar histórias positivas que visam a retirá-los de lugares estereotipados e de perpetuação do sofrimento.

REFERÊNCIAS

AGREDO, Ana María. **Aproximación a los usos y reinterpretaciones de las políticas queer en el activismo audiovisual del Colectivo Mujeres al Borde**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Javeriana, Bogotá, Colômbia, 2011. Disponível em
<<https://app.box.com/s/cc4dzklou2ul4agwcbogdelguu3tul34>>. Acesso em: 19 jun. 2024.

CABRERA, Marta. **Audiovisual affect: sexuality and the public sphere in the work of Colombia's Escuela Audiovisual al Borde**. In: ARENILLAS, María Guadalupe; LAZZARA, Michael J. (eds.). **Latin American documentary film in the new millennium**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016. p. 191-205.

GALINDO, M. **No se puede descolonizar sin despatriarcalizar**. Teoría y propuesta de la despatriarcalización. La Paz, Bolívia: Mujeres Creando, 2013.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357-377.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 53-83.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Ed. Cortez, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boaventura Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 73-117.

RAMÍREZ, Ana Lucia. **Recovering one's own voice to redefine what is visible, desirable and possible: La Escuela Audiovisual Al Borde**. In: CORYAT, Diana; LEÓN, Christian; ZWEIG, Noah (eds.). **Small cinemas of the Andes: new aesthetics, practices and platforms**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2023. p. 137-155.